

COM INDICATIVO DE REJEIÇÃO, SINDIPETRO-LP CONVOCA CATEGORIA PARA DECIDIR RUMOS DO ACT

No período de 02 a 12 de setembro a categoria do Litoral Paulista decide, em assembleia, os rumos do Acordo Coletivo de Trabalho.

O indicativo do Sindipetro-LP e da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) é de rejeição da proposta. Os sindicatos da FNP estão unidos e têm plena certeza que a aceitação de uma proposta rebaixada é um tremendo retrocesso. Os números da Petrobrás estão aí, demonstrando que mesmo com a pandemia, não há um só motivo para que aceitemos um acordo coletivo rebaixado e prin-

cipalmente, a não prorrogação do atual ACT.

A categoria deverá deliberar a seguinte pauta:

1) Aprovação ou Rejeição da proposta do Acordo Coletivo de Trabalho 2020/2022 apresentada pela Petrobrás/Transpetro;

2) Aprovação de Assembleia Geral Permanente;

3) Deliberação sobre Estado de greve;

4) Aprovação de Contribuição Assistencial de 2% sobre a RMNR para os não sócios;

O que está em jogo?

Entra ano e sai ano e os

gestores da Petrobrás tentam apertar o cerco contra a categoria petroleira. Atualmente o objetivo principal desse ataque é retirar direitos para reduzir passivo e assim facilitar a privatização da empresa. Nesse ano, Castello Branco e seus asseclas também resolveu colocar na alça de mira a Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), uma das maiores conquistas da categoria ao longo de sua história, cuja gestão será repassada a uma associação. Isso significa que irão promover a terceirização e mudar totalmente a relação da ca-

tegoria com o plano (veja matéria no verso).

Para piorar o quadro, a Petrobrás resolveu congelar o aumento salarial, este ano, e dar aumento pelo INPC somente em setembro de 2021. Além de rejeitar uma proposta de ACT que visa somente retirar direitos, mesmo em meio uma crise sanitária mundial, os petroleiros e petroleiras têm que lutar também e denunciar a política de privatização da estatal.

Vamos dizer NÃO e barrar os desmandos da alta cúpula da Petrobrás orquestrados por Castello Branco e Paulo Guedes.

SAIBA COMO PARTICIPAR DAS ASSEMBLEIAS

Associados (as) - aposentados (as) e pensionistas- Para participar do pleito basta acessar o aplicativo do Sindicato. Se caso, o associado ou associada não tenha o aplicativo para instalar é muito fácil: basta acessar o Google Play ou Apple Store no celular e no campo de pesquisa digite 'sindipetrolp'. O aplicativo estará disponível. Baixe ele. Pronto, basta aguardar o download completo para acessá-lo. Para votar tem que acessar a área restrita preenchendo o campo do CPF, matrícula do Sindicato e escolher a opção sócio. Em seguida clicar no ícone enquete e lá votar. É importante ressaltar que a votação deve ser realizada até às 17h30 do dia 12 de setembro. Após esse período, os votos não serão computados. Os aposentados (as) e pensionistas que tiverem dificuldade também poderão votar através dos

telefones da sede (13) 32021100, 32021101, 32021102 e 32021105 ou da subsede (12) 3892.1484 e (12) 3892.5155. O período de votação é de 2 a 12 de setembro das 8h30 às 12h e das 14h às 17h30. A votação acontece somente de segunda a sexta-feira. No dia 7 de setembro não haverá expediente.

Não sócios aposentados (as) – Os aposentados (as) e pensionistas que não são sócios poderão votar através dos telefones da sede (13) 32021100, 32021101, 32021102 e 32021105 ou da subsede (12) 3892 1484 e (12) 3892 5155. O período de votação é de 2 a 12 de setembro das 8h30 às 12h e das 14h às 17h30. A votação acontece somente de segunda a sexta-feira. No dia 7 de setembro não haverá expediente.

ATENÇÃO, APOSENTADOS (AS) E PENSIONISTAS! DEFENDAM SEU DIREITO À AMS! PARTICIPEM DA ASSEMBLEIA E VOTEM CONTRA ESSA PROPOSTA!

PROPOSTA PARA RECUSAR

CUSTEIO 50X50 DA AMS ATÉ 2022 IRÁ GERAR AUMENTO MÉDIO DE 263% AOS PETROLEIROS

A gestão entreguista no comando da Petrobrás quer acabar com a nossa AMS. A pá de cal no nosso benefício foi apresentada como proposta de ACT, em que aumenta a participação do trabalhador dos atuais 70x30 (70 empresa e 30 petroleiro) para 60x40 a partir de janeiro de 2021 e de 50x50 em janeiro de 2022.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (IBEPS), que analisou os impactos econômicos para a categoria, se aceita a proposta, até 2022 o custo médio dos petroleiros (as) com a AMS terá aumento de 263%. A média considera o aumento da participação de 50x50 somado ao acréscimo de 11%, referente à Variação de Custo Médico-Hospitalar (VCMH), previsto para o ano aos planos de saúde.

Se esse número parece alto, a avaliação individual por faixa salarial e idade torna a aceitação do ACT criminosa, principalmente para aposentados (as) e pensionistas, que recebem valores menores da Petros. Segundo o IBEPS, pessoas que recebem até 2,4 salários, com idade superior a 58 anos, terão um aumento de custo com a AMS de 883%.

Tamanho é a distorção, que até mesmo o presidente da empresa, Roberto Castello Branco e seus executivos, cujos salários chegam a mais de R\$ 120 mil, teriam proporcionalmente os menores reajustes para utilizar a AMS.

O IBEPS simulou os impactos do aumento:

Um petroleiro ou petroleira com idade entre 39 e 43 anos, com faixa salarial entre R\$ 4,9 e

R\$7,2 mil, com cônjuge da mesma faixa etária e dois filhos menores de 18 anos irá pagar em 2020 R\$1.866,48 para a AMS. Com a proposta, em 2022 o valor anual será de R\$7.284,68.

Já o petroleiro ou petroleira com mais de 59 anos, com faixa salarial entre R\$ 7,3 mil e R\$ 9,6 mil, com um cônjuge dependente da mesma faixa etária, o valor passará dos atuais R\$1.674,72 anual, para R\$9.045,37 até 2022.

Vale lembrar que esse aumento acontece ao mesmo tempo em que a categoria, mais uma vez, com prejuízo maior para os aposentados e pensionistas, paga uma contribuição extra referente ao equacionamento do Plano Petros.

Não existe motivo para aceitarmos essa proposta de ACT.

A empresa alega que segue determinação da Resolução 23 da CGPAR, que estabelece prazo para custeio da AMS no fator 50x50 em até dois anos, no entanto, essa resolução está suspensa desde 2018, e sem vislumbre de que cairá, graças a liminar conseguida pelos sindicatos.

É urgente uma mobilização da categoria e rejeição unânime do ataque posto como proposta. Mudar o custeio da AMS servirá apenas para aumentar o lucro dos acionistas e bônus dos executivos escolhidos pelo governo Bolsonaro.

Categoria petroleira, vamos rejeitar essa proposta e lutar pela prorrogação do acordo coletivo!

Basta de perdas!

VAMOS REJEITAR A PROPOSTA DE REAJUSTE ZERO PARA OS SALÁRIOS DA ATIVA, APOSENTADOS (AS) E PENSIONISTAS!

Reajuste zero para os trabalhadores da ativa, aposentados (as) e pensionistas, por um ano: esse é o acordo que a Petrobrás quer fechar com os (as) trabalhadores (as) até 31 de agosto e que chamou de “última proposta”, para dar por encerrada o acordo coletivo dos petroleiros (as).

Depois do ACT do ano passado, em que não houve sequer reposição da inflação, mas apenas reajuste de 70% do INPC (menor índice do período) é com

zero de aumento que a empresa pretende compensar a categoria que não parou de produzir, pelo contrário, se sacrificou.

Para toda categoria, mas com um impacto ainda maior para os aposentados e pensionistas, a proposta da empresa quer ainda elevar para 40% a contribuição dos petroleiros (as) para a AMS, que hoje é pago na proporção 70 empresa, 30 petroleiro.

A empresa parece estar entre o céu e o inferno: céu para os

diretores do alto escalão, que aprovaram entre si um aumento de bônus de mais de 26%, gerando mais de R\$ 11 milhões de custos e triplicando o pagamento da diretoria executiva; inferno para os trabalhadores e opinião pública, ao anunciar pedido de mais de R\$ 40 bi de empréstimo para segurar a “crise da pandemia”.

O objetivo da empresa é congelar salários e diminuir gastos com o plano de saúde, além de outros

ataques contidos na proposta de ACT é aprofundar o processo de privatização, que pretende levar ainda neste ano quatro refinarias, das oito anunciadas.

Precisamos rejeitar por unanimidade mais esse ataque à categoria petroleira. O indicativo da FNP e sindicatos é de rejeitar a proposta e prorrogar o ACT atual. Trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas, basta de perdas!